

**DOSSIÊ:
IMPrensa E MEMÓRIA**

NO AVESSE DAS COMEMORAÇÕES: MEMÓRIA, HISTORIOGRAFIA E O BICENTENÁRIO DA IMPRENSA

*Heloisa de Faria Cruz**

RESUMO: No calor dos eventos comemorativos do ano de 2008, o artigo examina modos, ambientes e espaços em que se desenvolvem as comemorações do Bicentenário da Imprensa no Brasil. Discute significados da presença da grande imprensa e da mídia nas efemérides e encaminha questões sobre os papéis e lugares sociais atribuídos à imprensa no interior do movimento comemorativo. Propõe também problematizar a presença de historiadores e outros setores acadêmicos na celebração, indagando sobre as relações entre historiografia e memória e a atualização de mitos e imagens sociais largamente difundidas e que compõem a bagagem ideológica que explica a atuação da imprensa na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa. Comemoração e Historiografia. Bicentenário da Imprensa Brasileira.

ABSTRACT: In the process of the ongoing commemorative events of 2008, this article draws comments on the ways, spaces and ambiances within which the bicentenary celebrations of Brazilian press are taking place. It discusses the nature of the presence of Brazilian press and others media in the events and puts questions to the assumptions raised in the bicentenary framework about the role of the press and its place in our society. It also discuss the presence of historians and other scholars in the celebration and argues about the relationship between historiography and memory and the reproduction of a mythology, built upon social images and

* Professora do Departamento de História e do Programa de Estudos e Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

an ideological baggage, which has accompanied the explanations about the role of the press in Brazilian society.

KEYWORDS: Press. Commemoration and Historiography. Brazilian Press Bicentenary.

A problemática da memória social tem tido lugar de destaque no repertório da historiografia brasileira nas últimas décadas. Estudos sobre a formação de identidade nacional e da produção simbólica da nação têm enfatizado os momentos das comemorações como espaços estratégicos para a reflexão sobre os processos de produção da memória nacional. Investigações sobre diferentes práticas comemorativas e rituais cívicos conduzem diferentes debates sobre as relações entre a história, a evocação do passado e a articulação simbólica do poder nos estudos sobre o nacional, os regionalismos e as identidades locais.

Também é verdade que, a partir do festival dos “500 anos do descobrimento” que entre 1999 e 2001 cobriu o território nacional com os relógios da *Globo*, promovendo uma grande festa midiática, tem sido difícil para intelectuais e meios acadêmicos, em geral, ignorar estes festivais comemorativos. Desde então, tendo deixado para trás os impedimentos simbólicos colocados pela memória da ditadura militar, de forma crescente, governos e, principalmente, os sistemas de mídia e o mercado cultural têm investido fortemente nas comemorações como espaço da integração do Brasil contemporâneo. Mais e mais festas cívicas locais e regionais, rituais e tradições de diferentes partes do país, com o auxílio das redes nacionais de televisão aberta e das forças do mercado articuladas na indústria do turismo, projetam-se para o nacional. Neste movimento, imagens dos festejos e comemorações da Cabanagem no norte, dos Farrapos no sul, das Inconfidências no sudeste, articulados a novos significados e dimensões simbólicas, atualizam para todo o território nacional a disposição de luta e o espírito de autonomia que nos é legado por um passado comum. Festas e rituais regionais religiosos e profanos, nacionalizados via satélite, renovam para toda a nossa gente uma nação em mosai-

co, una e indivisível, mas também diversa e exuberante nas suas tradições e costumes.

Nestas conjunturas compostas por investimentos midiáticos que mobilizam fortemente a sociedade é quase impossível ficar de fora das comemorações. Cidadãos e historiadores temos sido insistentemente confrontados e interpelados por diferentes agentes e demandas. Não obstante, aí se coloca um espaço de ambigüidade. Pois, se é certo que temos investido no estudo das comemorações “passadas”, menos comum têm sido nossas preocupações quanto aos sentidos e significações das comemorações que promovemos ou dos quais tomamos parte. Na maioria das vezes somos pegos por movimentos comemorativos promovidos pelas forças hegemônicas em movimento – governos populares e impopulares igualmente, os diversos setores da mídia e outras forças políticas – e mal temos tempo de questionar e refletir sobre o sentido político do chamado que é feito à historiografia a cada momento.

Tal é o caso da presente conjuntura na qual se insere a comemoração dos 200 anos da Imprensa Brasileira. Parece natural que a cada chamada de datas cívicas redondas – décadas, centenários, bicentenários – os ambientes da História acadêmica sejam mobilizados e os historiadores respondam aos diferentes chamados das editoras, dos meios de comunicação, dos governos. Num panorama em que muito da projeção acadêmica depende da visibilidade midiática, as comemorações transformam-se em espaços atrativos para os historiadores. Como especialistas que, na imagem geral, “falam sobre o passado e não do presente”, é principalmente nestes momentos que historiadores têm direito à fala pública nos meios de comunicação de maior difusão, como os grandes jornais, rádios e televisão. São também nestes momentos que em nome da memória nacional aparecem mais verbas para o cuidado e a preservação de acervos importantes de materiais ligados às temáticas das comemorações. Sabemos que este chamado apresenta riscos e desafios. O grande risco é o de dar chance-la acadêmica, portanto científica, aos sentidos e significados que se imprimem às comemorações.

Desafio permanente é o de lidar com este passado revivido, que não está lá, mas aqui, sem que ele se transforme em espaço de rearticulação de uma memória que se quer única e homogênea. Memória nacional, porque de todos nós, brasileiros, que é alimentada por uma volta obsessiva ao passado como ocultamento do presente e que, na produção da unanimidade, busca ocultar as diferenças e conflitos do país dividido. Vale lembrar o alerta que já nos fazia Hobsbawm, na introdução de *A invenção das tradições* de que “a tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”.¹ Sem questionar as relações entre memória e poder a cada situação específica, reforça-se a visão corrente de que o horizonte da historiografia encontra-se em algum lugar do passado, e não nos sentidos dos processos e direções das lutas e projetos de cada presente.

É possível afirmar que 2008 tem sido um ano repleto de apelos. As comemorações dos 200 anos da transferência da família real portuguesa para as paragens ao sul do Equador têm ensejado inúmeras efemérides. Como aponta Carlos Haag, nem bem saímos da conjuntura das comemorações, é necessário lembrar que o tema exige reflexão historiográfica. O autor alerta que, no ambiente deste festival de efemérides, o tom jocoso que imperava anteriormente na representação simbólica do evento, na qual D. João VI aparecia como fujão, parece ser superado por outro no qual, sem qualquer mediação revisionista da reflexão sistematizada, “o monarca que carregava frangos no casaco é revisitado como estadista hábil”.²

¹ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 21.

² HAAG, Carlos. Uma corte na história do Brasil. *Pesquisa Fapesp*. São Paulo, n. 143, p. 80, jan. 2008. Espaço de grande investimento de inúmeras forças políticas, principalmente das associações e confederações do comércio, a comemoração da abertura dos portos às nações amigas, renovando e invertendo a simbologia anterior da efeméride, tem sido articulada às novas forças do comércio e ao projeto dos interesses ligados ao comércio exterior.

Inseridas na pauta comemorativa dos últimos dois anos, trazidas à agenda pública no decorrer de 2008, as comemorações do Bicentenário da Imprensa traduzem-se em intervenções e reflexões bastante diversas. Logo de início, algumas questões se impõem: O que comemoramos? E como comemoramos? No espaço destas comemorações, quem pode comemorar o quê? Que marcos de memória estão sendo atualizados? O que está sendo lembrado? O que está sendo esquecido? E, principalmente, que significados do passado revivido estão sendo articulados às disputas sobre o lugar e o papel dos meios de comunicações e, em particular, da imprensa brasileira na atualidade?

Embora ainda estejamos em pleno movimento comemorativo, é possível indicar que, no decorrer de 2008, as comemorações do Bicentenário da Imprensa não se transformaram na efeméride anunciada. Se percorrermos as atividades comemorativas a partir de diferentes perfis e matizes – diversos espaços da mídia, atividades oficiais dos governos ou ambientes acadêmicos –, o que sobressai é a quase ausência da grande imprensa articulando sua história/memória com o seu papel na sociedade brasileira atual.

Imprensa Brasileira, 200 anos: Uma comemoração envergonhada era o título da matéria de Alberto Dines no *Observatório da Imprensa*, em 02 de junho de 2008, dia seguinte ao aniversário de 200 anos da publicação do *Correio Braziliense* em Londres. Na matéria, o jornalista refere-se ao fato de que, no Dia da Imprensa, dentre os grandes jornais, só a *Folha de São Paulo* fez alusão à data. Segundo ele,

A súbita amnésia não pode ser atribuída ao mal de Alzheimer nem à senilidade. Este esquecimento tem explicações: o Brasil foi um dos países da América que mais tarde ingressou na Era Gutenberg e este atraso não pode ser atribuído ao acaso nem apenas ao absolutismo português. [...]. *O Brasil foi censurado ao longo de 308 anos*. E a culpa maior desta censura deve ser atribuída à Santa Inquisição. E a Inquisição era um braço da Igreja. E a ala mais agressiva e poderosa da Igreja contemporânea chama-se Opus Dei – com grande influência na mídia latino-americana, sobretudo no

Brasil. [...] A festa do jornalismo não aconteceu porque os donos do nosso jornalismo não quiseram ferir suscetibilidades nem lembrar que a Inquisição não morreu, apenas trocou de nome.³

Para além de concordarmos ou não com a análise de Dines e ao peso atribuído à atuação da Inquisição nos rumos da Imprensa Brasileira, o interessante é destacar sua indicação sobre a ausência dos meios de comunicação, principalmente dos grandes jornais nacionais, na comemoração. A indicação do jornalista ganha maior interesse quando se compara este silêncio da mídia com os grandes investimentos realizados nos meses anteriores. Tais investimentos, feitos por ocasião da comemoração da Abertura dos Portos, da Vinda da Família Real e dos 100 anos da Imigração Japonesa resultaram em diversas séries especiais, inserção diária nos telejornais e inúmeros cadernos especiais nos principais jornais diários do país. Na avaliação do autor, os donos do nosso jornalismo, vistos como poderosos, mas tributários de outras forças tão ou ainda mais poderosas, aquelas que desde sempre impõem o silêncio e a censura ao país, não quiseram ferir suscetibilidades. O comentário sugere que até junho de 2008 os meios de comunicação brasileiros ainda não tinham achado o viés que possibilitasse a sua própria rememoração e celebração.

Nos meses seguintes, Dines buscou alimentar a polêmica sobre as comemorações do Bicentenário da Imprensa e, em vários artigos, fez denúncias do que denominou de embargo noticioso ao 1º de junho e às tradições jornalísticas ligadas à figura de Hipólito da Costa,⁴ promovido por grande parte da grande imprensa no país. Nos comentários sobre os temas apresentados ao 7º Con-

³ DINES, Alberto. Imprensa brasileira, 200 anos: uma comemoração envergonhada. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, 02 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=487IMQ006>>. Acesso em: 03 jun. 2008.

⁴ Hipólito José da Costa – 1774/1823 – diplomata, escritor e jornalista. Editor daquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, editado em Londres, cujo primeiro exemplar circulou em 1 de junho de 1808.

gresso Brasileiro de Jornais, realizado em São Paulo, em agosto de 2008, o autor surpreende-se com a total falta de articulação entre o tema central do encontro, o futuro da mídia impressa e o jornal na era digital, com discussões sobre o passado e as tradições do nosso jornalismo, e, novamente, com o silêncio sobre o Bicentenário.

Num campo de pouca visibilidade para o grande público, as comemorações do Bicentenário assumiram um tom pesadamente oficial. Neste plano, o da ação comemorativa do Governo Federal, a comemoração confunde-se com o próprio aniversário da Imprensa Régia, criada em 13 de maio de 1808. Como aponta a divulgação da *Agência Brasil*:

Afinal, é necessário que a Nação saiba da importância desse órgão — gerador e indutor de civilização —, criado pelo príncipe regente D. João (futuro D. João VI), que além de publicar os atos oficiais do Estado brasileiro (desde 1808 até hoje), atuou como grande casa editora até o ano 2000 [...] A história dos 200 anos dessa instituição pública, uma das mais antigas do País, confunde-se com a História do Brasil e pontua o desenvolvimento da informação e da cultura do país.⁵

A fala da *Agência Brasil*, justificando a importância da comemoração e estabelecendo um paralelo entre a evolução da imprensa do governo e a História do Brasil, já sinaliza para sentidos da comemoração que se quer atualizar: ressalta-se o caminho harmônico da nacionalidade assegurando uma história progressiva e homogênea e a importância das elites cultas e letradas neste processo. Grande parte das atividades foi proposta e desenvolvida pela Comissão Interna do Bicentenário da Imprensa Régia (Imprensa Nacional), instituída por portaria do diretor do órgão, em

⁵ IMPRENSA Nacional comemora 200 anos nesta terça-feira *Agência Brasil*, Brasília, 12 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/05/12/materia.2008-05-12.9507199388/view>>. Acesso em: 04 jun. 2008.

abril de 2007, para cuidar do planejamento, coordenação e execução das ações referentes à data do 200º aniversário do órgão.⁶ Ressalte-se que o próprio ato de criação de uma comissão especial de organização dos festejos indica o movimento ativo por meio do qual essa ótica organiza e seleciona os sentidos do passado propostos como memoráveis para a comemoração.

Na proposta da comissão, no movimento que se produziu em preparação para as comemorações, articulam-se inúmeras efemérides e com elas os sentidos e marcos memoráveis que se quer atualizar. Trata-se de comemorar os 200 anos da Imprensa Régia, primeira casa publicadora estabelecida em terras do império de ultramar, criada pelo príncipe regente em 13 de maio de 1808 e que é apresentada como o ato fundante da editoração e das artes gráficas no país. Indica-se, também, a comemoração do bicentenário da publicação do primeiro jornal impresso nestas paragens, já que “foi a Imprensa Nacional que fez surgir a imprensa no Brasil”, e que, para além de marcar a gênese da imprensa periódica nacional, por ter em suas páginas o primeiro anúncio aqui publicado, estabelece um marco de origem para a indústria da publicidade. Por fim, indica-se o centenário da morte de Machado de Assis, em 29 de setembro de 2008, que, desde 1997, foi declarado patrono da Imprensa Nacional.⁷ Nesse movimento, busca-se fortalecer alguns dos marcos de nossa cultura letrada, a impressão e a editoração independente, e negocia-se com os novos setores da indústria da palavra e da imagem, a publicidade.

Para tornar memorável cada um destes eventos, no interior dos festejos oficiais, cujo primeiro grande momento foi maio de 2008, foram programadas inúmeras atividades, buscando a confirmação, reprodução e expansão dos marcos e sentidos propostos por meio de diferentes suportes e veículos. No decorrer de maio e junho de 2008, realizaram-se seminários, exposições, ci-

⁶ Portaria nº. 100, do dia 30 de abril de 2007, do diretor-geral da Imprensa Nacional, Fernando Tolentino de Sousa Vieira.

⁷ IMPRENSA Nacional comemora 200 anos nesta terça-feira *Agencia Brasil*, Brasília, 12 mai. 2008. *Op. cit.*

culos de debates, lançamento de selo pelos Correios, moeda pelo Banco Central, ciclo de cinema, lançamento de edições fac-similares das primeiras obras impressas pela Imprensa Régia, realização de sessões solenes nas casas legislativas do Distrito Federal e de vários Estados. Neste âmbito, algumas falas sintetizaram os sentidos e significados que regeram as comemorações. Para o Prof. Vamireh Chacon, professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade de Erlangen-Nuremberg, Alemanha, convidado para a conferência inaugural das Comemorações, cujo tema foi a “Imprensa Nacional: independência intelectual do Brasil,”

A criação do que hoje se denomina Imprensa Nacional se insere, no sentido que vem de Gutenberg, de libertação dos espíritos, liberação das mentalidades, ao contribuir, mais que qualquer outra ação, ao diálogo e até mesmo à polêmica de idéias e interesses, aspirações e projetos nacionais brasileiros, em crescente articulação com os de outros povos e nações.⁸

Assim, também, o editor Victor Alegria, da Thesaurus Editora, manifestando-se naquele mesmo ciclo de debates, apontou que “um país que não olha para sua história, mais cedo ou mais tarde, está sujeito a grandes divisões”. Ele ressaltou que a comemoração dos 200 anos da Imprensa Nacional marca o nascimento da indústria gráfica brasileira.

Novamente, a nação e o nacional aparecem como espaços simbólicos da harmonia social; a imprensa como lugar do diálogo e até da polêmica dos interesses que nela conseguem se fazer representar; e a história como parte da cultura que liberta os espíritos e as mentalidades, como lugar e discurso que autoriza a afirmação do interesse nacional e afasta o perigo da divisão e dos conflitos entre desiguais e diferentes.

Subjacente a estas análises existe uma marcação do tempo no qual a vinda da família real e, com ela, da imprensa, transfor-

⁸ *Ibidem.*

ma-se em marco fundante da civilização, da indústria, da cultura e da independência intelectual da nação. Nenhuma menção sobre os impedimentos de funcionamento de qualquer prelo nestas terras antes deste marco, ou mesmo ao fato de que aqui só tivemos acesso à impressão no início do século XIX, diferentemente de outros espaços latino-americanos, como o México e o Peru, que conheceram a imprensa já no século XVI. A criação da Impressão Régia, com 02 prelos rudimentares e 28 caixas de tipo trazidas pelo regente, é apresentada como um grande feito civilizatório. Nada sobre o fato de que, nestas circunstâncias, a imprensa brasileira nasce identificada com o governo e fala do governo à sociedade. Circunstâncias que, como avaliava Sodré, já na década de 1960⁹, delimitam seu nascimento sob proteção oficial e alimentam a tradição no interior da qual os meios de comunicação transformaram-se num espaço de clientelismo e barganha entre o sistema político e os grandes grupos empresariais até os dias atuais. Nada sobre a forte censura e as interdições desta mesma coroa portuguesa, “mensageira da civilização”, à entrada de impressos diversos e livros na colônia. Nada sobre qualquer luta ou atividade rebelde contra a censura e pela difusão de idéias que propugnassem “a libertação dos espíritos e das mentalidades” anteriores a este marco.

Operação mais importante que o apagamento de disputas e lutas anteriores, e que faz tudo começar em 1808, é o desenho de uma temporalidade em linha contínua, ligando aquele marco fundante e seu espírito ao presente e ao futuro. Nesta leitura, delinea-se um caminho, contínuo e progressivo, para um ator: a imprensa brasileira. O que se torna memorável é o espírito da libertação das idéias e das mentalidades que este ator vem carregando nesta caminhada de duzentos anos.

Nesta trilha não se identifica qualquer tensão; nada sobre as inúmeras lutas pela liberdade de imprensa e principalmente sobre

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 19.

a liberdade de expressão. Nada sobre os processos de crescente controle dos meios de comunicação entre nós por um pequeno e poderoso grupo de famílias. Nada sobre a repressão e sufocamento de meios alternativos de comunicação em diferentes momentos históricos. Nada sobre a prisão e tortura de jornalistas e o empastelamento e fechamento de inúmeros jornais e revistas. Nada sobre a situação da imprensa hoje. Nada sobre as disputas recentes e as bandeiras dos movimentos pela democratização da comunicação e a lutas e propostas pela garantia do direito a informação. Nada, enfim, sobre as questões centrais postas para a sociedade brasileira em torno do poder dos conglomerados de comunicação, da privatização das concessões públicas dos meios e do atrofiamiento do espaço público e democrático na contemporaneidade.

O que se torna memorável é a imprensa como uma instituição que, por qualidades intrínsecas, descolada de qualquer contexto histórico e processo de disputas, é fixada como espaço da verdade, da liberdade e da promoção da civilização. As poucas falas do governo popular sobre a liberdade de expressão articulam-se em um plano abstrato e simplista, nos quais nem a velha noção de quarto poder é acionada. Nesta versão, a história da imprensa é contada numa perspectiva linear que parece traçar uma reta de continuidade que une a imprensa régia e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal oficial criado em 10 de setembro de 1808, aos grandes conglomerados jornalísticos do presente. A imprensa transmuta-se em invenção do espírito esclarecido que, apartado da vida social, pode carregar por séculos e séculos os valores da verdade e da objetividade, da liberdade e da imparcialidade, sem imiscuir-se com as necessidades e interesses que pressionam a história vivida em qualquer tempo. E essa é uma abordagem historiográfica que, facilmente, pode ser incorporada à visão triunfante de muitas das tradições inventadas pelos donos da mídia.

Em nenhum momento a imprensa é pensada enquanto uma força ativa da história do capitalismo, de afirmação das forças do mercado como centro da vida social e de constituição de uma esfera pública burguesa. Totalmente apartada do campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua a cada momento

histórico, a imprensa aparece como uma criação do espírito e que é carregada pelas forças esclarecidas por cima da história real. O que se generaliza é o elogio à palavra impressa e à grande imprensa como espaço da razão esclarecida. O papel central desta imprensa na condução do debate público nas diversas situações, seus alinhamentos e pactos políticos a cada situação, sua capacidade de generalizar e propor como universais interesses e posições particulares, sua força na articulação de projetos e na mobilização para a ação são dimensões históricas relegadas ao esquecimento.

Num contraponto ao silêncio dos grandes jornais e redes de comunicação, outras vozes dissonantes das comemorações oficiais, embora com muito menor repercussão e difusão, também se posicionam. Diferentemente dos jornais, nos quais a voz dos donos da mídia prevalece, grande parte dessas manifestações origina-se nas entidades representativas dos jornalistas e profissionais da comunicação.

200 anos da imprensa no Brasil: marco histórico a ser comemorado com luta era a manchete destacada pelo site da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, em 03 de junho de 2008, dois dias após o Dia da Imprensa.

Na análise da matéria, percebe-se que o primeiro deslocamento dos sentidos da memória e das comemorações reporta-se à disputa recente em torno do estabelecimento da data do Dia da Imprensa:

Anteriormente o Dia da Imprensa era comemorado em 10 de setembro, em alusão à primeira edição da Gazeta do Rio de Janeiro, em 1808. O periódico expressava a visão oficial da corte portuguesa, que proibia a circulação de jornais e livros no Brasil para impedir o ingresso de idéias libertárias no país. Mas, em 1999 um projeto de lei reconheceu oficialmente que o pioneiro da imprensa brasileira foi o Correio Braziliense, lançado em 1º de junho de 1808.¹⁰

¹⁰ 200 ANOS da imprensa no Brasil: marco histórico a ser comemorado com luta. FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, Brasília, 03 jun. 2008. Dis-

Destaque-se que muitos dos pronunciamentos de jornalistas em torno do Dia da Imprensa tinham como mote esta disputa e seus significados. Para a grande maioria destas intervenções trata-se de afirmar a nova data – alusiva ao *Correio Braziliense* – e desta forma empreender a crítica às ligações perigosas entre governos e imprensa no Brasil. Tratava-se também de resgatar, via o pioneirismo e a independência de Hipólito da Costa, as raízes potenciais de nossa imprensa livre.

Embora uma análise mais crítica sugira que tal procedimento só desloca o lugar do mito de origem e passa ao largo de uma crítica mais criteriosa das complexas e insistentes ligações entre imprensa brasileira e o círculo do poder nestes duzentos anos, importa destacar a disposição de contestação da intervenção assim como sua articulação à discussão sobre o controle dos meios de comunicação no país.

É importante salientar que, por meio de suas associações, os profissionais da imprensa colocaram-se dentre as pouquíssimas vozes que indicam a necessidade da crítica às comemorações e à promoção de outros sentidos para este momento. Pronunciando-se sobre as comemorações, a FENAJ propõe que:

Os 200 anos da imprensa brasileira são uma conquista da sociedade. Mas trazem, em seu histórico, principalmente a comemoração e preservação dos interesses privado-comerciais dos empresários. Seguramente, a convocação da Conferência Nacional de comunicação, a democratização da comunicação e a desconcentração da propriedade dos veículos no país merecerão – e esperamos que o mais breve possível – verdadeiras e festivas comemorações populares. É necessário que, nas comemorações e registros desta data, a pauta dos trabalhadores da comunicação, em especial a dos jornalistas, seja evidenciada. A defesa da liberdade de imprensa, mediada por uma nova e moderna legislação que regule as

relações entre os veículos, os profissionais e a sociedade, é uma delas.¹¹

Buscando sinalizar o que e quem comemora – a preservação dos interesses privado-comerciais –, a FENAJ qualifica o espaço da comemoração como um momento de disputa para os interesses populares. Destaca a importância de, nesse momento, pensar o que significa a democratização da comunicação e a descentralização da propriedade dos veículos. Ao traçar perspectivas de futuro para a democratização da comunicação no Brasil, privilegia o papel dos trabalhadores da comunicação e dos jornalistas. Fala importante neste espaço de mascaramento das diferenças e de produção do elogio ao *status quo*, as propostas da FENAJ carregam a marca de seus compromissos com os profissionais de imprensa. Em seu posicionamento, a importância da identificação dos principais eixos das lutas pela democratização da comunicação no país contrasta com a estreiteza do terreno e dos atores que privilegia e vislumbra.

Neste ponto torna-se importante retomar a provocação colocada por Dines no que chamou de embargo noticioso ao Bicentenário por parte dos grandes jornais nacionais e da grande mídia. Por que a grande mídia não se juntou às comemorações do Bicentenário da Imprensa propostas pelo governo? Por que seus duzentos anos não foram comemorados? Tudo indica que o espaço comemorativo do Bicentenário não se mostrou adequado para o encaminhamento das disputas emergentes na atual conjuntura de redefinição dos sistemas de comunicação e rearranjo do controle dos meios. A questão de maior destaque parece ser a dificuldade em articular esta trajetória linear, que une a imprensa régia aos grandes grupos brasileiros de comunicação, às disputas por democratização da mídia e descentralização dos meios reivindicada por diversas forças sociais no presente.

A insistência na pesquisa mais detalhada revela que a grande

¹¹ *Ibidem*.

imprensa não abdicou totalmente da comemoração. Percorrendo os principais jornais e revistas e suas ações no decorrer de 2008, encontramos pistas de uma presença enviesada em espaços comemorativos que celebram sentidos e significados de lutas diferentes ou mesmo opostos àqueles propostos pelas comemorações do Bicentenário. A leitura dos materiais indica que foi em nossa história recente e, principalmente, no espaço de memória das lutas contra a ditadura militar, que os donos da mídia foram buscar os sentidos de seu passado.

Assim foram, por exemplo, as atividades desenvolvidas pelo jornal *O Estado de São Paulo* no interior do Seminário 68: *Utópicos e Rebeldes*, promovido pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no final de junho de 2008, com o objetivo central de “levar em consideração o peso dos tempos dos Anos de Chumbo no Brasil”¹². Como ainda indica a organizadora do seminário Cecília Garçon, no evento foram “incluídos uma grande exposição com documentos e imagens sobre o período, lançamentos de livros, ciclo de debates, apresentações de três peças de teatro, oficinas e homenagens a 50 personalidades (a maioria do campo artístico) que assumiram lideranças e fizeram reverberar suas ações e manifestações para um espectro muito maior de pessoas - e de tempo, para além de 68” E, em meio aos diversos materiais sobre lutas estudantis, documentos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) pela primeira vez disponíveis para este tipo de consulta, destaca-se a mostra *Mordaza no ‘Estadão’*, com curadoria do historiador José Alfredo Vidigal Pontes, que representa o tema da censura no evento¹³.

Como indicou a matéria de página inteira do primeiro caderno daquele jornal de 22 de junho de 2008, publicada sob a manchete *A luta do ‘Estado’ contra a censura*:

¹² Site do Ministério da Cultura, matéria de divulgação do Seminário 1968: *Utópicos e Rebeldes*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/06/20/utopicos-e-rebeldes-em-amplo-painel/>>. Acesso em: 22 jun. 2008.

¹³ Idem, *ibidem*.

A história da resistência dos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde à censura, nos anos do regime militar, é um dos principais temas da exposição 1968 – 40 anos Utópicos e Rebeldes – A Geração Que Disse Não (que reúne) documentos, fotos, vídeos, painéis e coleções para marcar o que tem sido considerada por políticos e historiadores uma das mais belas páginas da história da luta pela liberdade de imprensa no país.¹⁴

A exposição organizada sob o título *1968: A Mordaça no 'Estadão' – A história da resistência dos jornais 'O Estado de São Paulo' e 'Jornal da Tarde' à censura nos anos do regime militar* – foi composta por inúmeros painéis que mesclavam imagens de jornais e notícias censuradas com outras imagens das lutas daquele período. Na montagem da exposição, preparada com toda a pompa de uma efeméride, as imagens dos 10 anos de censura sofrida pelo *Estadão* na ditadura, ambientadas com músicas de época, eram acompanhadas da exibição de um vídeo de quase 20 minutos no quais depoimentos de editores e jornalistas misturavam-se a cenas de passeatas e assembléias estudantis, concentrações diversas, e cartazes e faixas com inscrições contra a repressão e a ditadura militar. Com circuito cuidadosamente pensado, para além da inserção no evento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a partir de junho de 2008, a exposição começou a percorrer os espaços universitários e foi exibida e reivindicada em ambientes como a PUC-SP, a USP, a UNICSUL. Também, após o referido evento, a versão digital d'O *Estado de São Paulo* passou a conter uma chamada para a história do jornal na qual destaca o conteúdo da exposição e disponibiliza o vídeo *online* para qualquer consulente.

Na análise sobre os sentidos desta ação comemorativa do jornal, importa inicialmente destacar o movimento que atualiza um marco memorável – 1968 e as lutas contra a ditadura militar – e relega ao esquecimento outro – 1964 e a articulação do golpe

¹⁴ A LUTA do 'Estado' contra a censura. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jun. 2008.

militar. Em todos os materiais de divulgação da mostra não se encontra qualquer referência ao período anterior; observa-se um silêncio absoluto sobre qualquer participação do grupo *Estado* e de outros grupos de comunicação nas articulações que resultaram no Golpe Militar de 1964. Com a chancela assegurada pela participação de representantes do Governo Federal, muitos dos quais egressos das forças de resistência à ditadura militar, dos meios culturais e acadêmicos, o grupo *Estado* logra articular sua memória às lutas de resistência e de defesa da democracia. O lugar da lembrança e da comemoração, reconhecida por historiadores, é o da resistência à ditadura militar.

Outro espaço desta comemoração enviesada que convém visitar é a edição especial de comemoração dos 40 anos da revista *Veja*, de setembro de 2008. Focando nos anos 1968 e 2008, “a maior, a mais influente e a mais prestigiada revista brasileira”, também lançada em festividade com a presença de governadores, ministros, homens fortes das finanças, do comércio e da indústria, trouxe a público uma edição de quase trezentas páginas com a intenção de traçar “uma retrospectiva dos principais acontecimentos no Brasil e no mundo” e, nesse movimento, também contar e comemorar “a história dos primeiros quarenta anos” da revista¹⁵.

Novamente, o marco de 1968, articulado à simbologia da rebeldia e da contestação, em nível mundial, e das lutas contra a ditadura militar, no Brasil, é retomado e apropriado pela revista como espaço de sua criação. Neste espaço, *Veja*, assim como o *Estadão*, constrói para si mesma a imagem de vítima da censura e defensora da liberdade de expressão. Numa das matérias de destaque do número especial, publicada sob o título *Liberdade de Imprensa: ‘Veja’ sob Censura*, a revista lembra ao leitor que:

Quando *Veja* nasceu, em setembro de 1968, o país vivia sob a sombra da ditadura militar. Além de negarem a população o direito

¹⁵ CIVITA, Roberto. Carta do editor. Os primeiros quarenta anos. *Veja*, São Paulo, ano 41, n. 2077, edição especial, p. 14, set. 2008.

de escolher seus governantes, os militares atacaram outro pilar da democracia: o direito à informação. Uma rede de censores foi formada para monitorar grandes veículos de informação. *Veja* foi alvo da censura logo na sua edição de número 15, publicada em 18 de dezembro de 1968.¹⁶

Ainda nesta matéria, somos informados que o mesmo espírito que presidia seu projeto editorial naqueles anos, fortemente defendido durante estes quarenta anos, se mantém inabalável até hoje, continuidade que é assegurada pela presença de Roberto Civita como editor da revista desde sua criação. Nenhuma referência às diversas transformações editoriais de *Veja* ou à crise que resultou na saída de Mino Carta como seu diretor e de jornalistas como Raimundo Pereira de seu corpo de redação. Nenhuma referência às controvérsias sobre dossiês apócrifos, matérias controversas, sensacionalistas e bombásticas por meio das quais a revista tem buscado “abalar os poderes da república” na conjuntura recente.

Os sentidos da luta contra a censura são trabalhados com capas e imagens fortes como, por exemplo, as da famosa edição apreendida sobre a tortura, publicada em 10 de dezembro de 1969. A vigilância estabelecida nos tempos da censura da ditadura, cujos opositores são hoje nomeados como terroristas de esquerda, ao final da matéria assume tom de compromisso renovado com os leitores, num alerta para “que o erro jamais se repita no Brasil”, uma vez que “em um país sem liberdade de imprensa, jamais haverá democracia plena”¹⁷.

Na análise deste número de *Veja* e dos festejos que o acompanharam, cabe destacar o movimento de construção de uma imagem de combatividade e neutralidade que se articula numa simbologia da luta contra o arbítrio do marco de 1968 no qual a revista tinha outros pactos e alinhamentos políticos. No seu espa-

¹⁶ LIBERDADE de imprensa. *Veja*, São Paulo, ano 41, n. 2077, edição especial, p. 240, set. 2008.

¹⁷ *Ibidem*, p. 241.

ço comemorativo, sem qualquer menção ao Bicentenário da Imprensa, *Veja* logra contar sua história ancorada naquele passado e na imagem de vítima dos censores na ditadura militar.

A reflexão sobre as atividades promovidas pelo jornal *O Estado de São Paulo* e pela revista *Veja* indicam que a articulação no espaço comemorativo, diferentemente das propostas pelo bicentenário, fez-se em relação à interpretação de um passado ainda recente, cujos sentidos e significados encontram-se ativamente em disputa na sociedade brasileira na atualidade. Para a análise aqui proposta, torna-se importante também indagar sobre as ligações entre a tradição da história da imprensa, que se propõe crítica e que é produzida nos espaços dos estudos das áreas da Comunicação e da História, e a construção de uma imagem generalizada, e que quase se impõe como uma tradição inventada entre nós – a da imprensa censurada¹⁸. A imprensa, pensada fora da realidade na qual se constitui e atua, aparece sempre como vítima ausente do espaço de lutas que constitui a própria censura e repressão.

Como indicado no início deste texto, no desenvolvimento desta conjuntura comemorativa os meios acadêmicos foram mobilizados por diferentes apelos e, principalmente, nos últimos dois anos, também estiveram presentes nas comemorações do Bicentenário. Professores e pesquisadores ligados às áreas da Comunicação e da História prepararam livros e artigos sobre a História da Imprensa. Várias revistas acadêmicas destas áreas organizaram dossiês sobre o tema. As semanas de jornalismo de vários cursos deram destaque à história da imprensa e à comemoração dos 200 anos. A tônica destes eventos e publicações foi a da mobilização para a reflexão e a avaliação sobre o desenvolvimento dos estudos so-

¹⁸ A ênfase ao tema da censura presente em diversos estudos sobre a história da imprensa, principalmente na conjuntura da ditadura, mas também em outros momentos como o império e os primeiros anos da república, aliada aos poucos estudos existentes sobre alinhamentos e pactos dos diversos órgãos da imprensa com as forças antidemocráticas, acaba por tornar a censura no significado memorável para os donos da mídia brasileira no presente.

bre a atuação da imprensa e os meios de comunicação entre nós.

A avaliação sobre os resultados gerais deste movimento e suas repercussões para o avanço dos estudos na área requer tempo de maturação. No momento, no entanto, já é possível lamentar que, devido às próprias dificuldades de configuração desta área de estudo, muitos destes trabalhos ainda ficaram restritos a espaços próprios e locais, sem dialogar entre si. Os esforços diversos, porém dispersos, parecem alimentar um movimento no qual os diferentes estudos sobre a história da imprensa, da impressão e do impresso, articulados com procedimentos e abordagens de cada uma das áreas acadêmicas, são editados, difundidos, lidos e assimilados pelos pesquisadores sem que a conversa entre estas áreas – comunicação, história, semiótica, crítica literária – se estabeleça.

Vale destacar como esforço mais sistemático, e com preocupação interdisciplinar, o realizado pela Rede Alfredo de Carvalho – Rede Alçar – que, por iniciativa de estudiosos do jornalismo e sob a liderança do professor José Marques de Melo, vem se organizando desde 2001, logrando, já em 2003, promover o 1º Encontro Nacional da Rede sobre o tema *Mídia Brasileira: Dois Séculos de História*.

Como indica o professor José Marques de Melo, a rede pretende retomar o trabalho realizado, no início do século XX, pelo historiador pernambucano Alfredo de Carvalho, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de realização de um inventário sobre mídia impressa no país¹⁹. Composto a rede, existe uma equipe multi-universitária, liderada pelo Núcleo de Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Também estão convocadas duas outras associações acadêmicas do campo comunicacional brasileiro: a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação Social (ABECOM) e a Associação Nacional dos Programas de Pós-Gra-

¹⁹ Rede Alfredo de Carvalho (Rede Alçar), ver: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/index.htm>.

duação em Comunicação (COMPÓS).

A plataforma de ação da Rede Alfredo de Carvalho inclui, como item prioritário, a atualização do inventário da imprensa brasileira. Segundo as informações apresentadas no histórico da rede:

Deseja-se completar as lacunas deixadas pela equipe de 1908, além de fazê-lo avançar até 2008. Mais do que isso: pretende-se realizar a interpretação dos dados acumulados, construindo indicadores capazes de balizar o trabalho dos historiadores e dos cientistas da comunicação.²⁰

Nos planos da rede, a pesquisa, a concluir-se neste ano de 2008, ambiciona cobrir todo o território nacional. Os levantamentos e análises, tomando a cidade como espaço referencial, buscam tecer as malhas das conexões regionais, identificando também aqueles traços nacionalmente hegemônicos.²¹

Saliente-se que, desde sua criação em 2001, a rede cresceu e logrou realizar seis Congressos Nacionais de História da Mídia, atraindo um número sempre crescente de pesquisadores. A análise do material apresentado nos Congressos, que se encontra disponível no site da rede, evidencia seu crescimento e o interesse que despertou em áreas diversas. Embora na liderança dos trabalhos e na composição da rede destaquem-se os pesquisadores da área da comunicação e jornalismo, o espaço já atrai um número significativo de estudos vindos das áreas da História, Semiótica e Ciências Sociais.

O repertório dos estudos apresentados nos diferentes encontros indica o crescimento significativo do conjunto de temas da área que, da história do jornalismo, se alarga para o estudo das novas mídias, sonora e visual, e para o campo da publicidade e propaganda. Mesmo sem a análise dos estudos apresentados no

²⁰ MELO, José Marques de. O pragmatismo utópico da Rede Alfredo de Carvalho. *Rede Alcar*, Florianópolis, UFSC, s/d. Disponível em: <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/rede.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2008.

²¹ Idem, *ibidem*.

último congresso, realizado em maio de 2008, a leitura do material composto pelo conjunto das produções dos congressos anteriores indica, sem dúvida, um avanço importante para a área temática que nos congressos é desdobrada em vários grupos temáticos, oportunizando o debate de uma gama extremamente variada de objetos e abordagens.

No entanto, no que concerne nosso interesse sobre o desenvolvimento de uma área de estudos da imprensa e de outras mídias no interior da História Social, há que assinalar a presença pequena e ainda acanhada de historiadores na rede e no debate. Nas direções teóricas indique-se que o esforço empreendido pela rede ainda coloca ênfase na construção de inventários que visam à organização de informações sobre veículos de destaque de cada realidade regional, tendo como meta completar o trabalho iniciado por Alfredo de Carvalho no início de século XX, preenchendo lacunas e estabelecendo indicadores e balizas para a área de estudo. O problema é que, muito freqüentemente, esta forma de trabalhar corre o risco de alimentar uma visão da história da imprensa mais preocupada com as origens e os traços gerais da sua evolução do que com a crítica histórica sobre a atuação e o papel da imprensa na sociedade brasileira.

Questão central para a área dos estudos sobre a imprensa brasileira é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade, problematizando suas articulações aos movimentos e as lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos de sua atuação. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Implica, sim, trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção o estudo da imprensa desloca-se da história dos meios de comunicação em direção à história social.

Objetivando contribuir para o avanço de perspectivas na área,

temos insistido na importância dos estudos sobre memória e imprensa popular e alternativa no momento atual de nossa discussão. Sem minimizar a necessidade de estudos sobre a atuação da imprensa empresarial e dos grandes grupos de comunicação, trata-se de buscar outros ângulos de indagação e que, na atualidade, sinalizem de forma mais ativa para a dinâmica das lutas e dos embates travados na e pela imprensa. Nesta perspectiva, não se propõe estudar a imprensa popular como dimensão isolada e autônoma, mas, invertendo a ótica, sondar o campo da história da imprensa brasileira segundo interpelações que lhe são impostas pelo campo popular. A compreensão é a de que trazer o estudo da imprensa para o campo da História Social implica também reconhecer o hegemônico como um processo em movimento o qual põe em causa a disputa em torno do popular.²²

Retomado o fio do início deste texto, a problematização da comemoração como campo ativo de produção, reafirmação e ocultamento de memórias sociais indica a necessidade da reflexão crítica sobre os processos que no presente articulam o tempo comemorativo.

Na atuação como cidadãos e historiadores neste espaço comemorativo destacam-se algumas preocupações: Como articular nossos estudos sobre imprensa brasileira, e, em especial, sobre a imprensa popular, a uma inserção crítica nas comemorações? No processo comemorativo que busca transformar em memoráveis dimensões do passado, e na atual conjuntura das lutas pelos direitos à informação e à livre expressão em nosso país, como localizar e evidenciar temas, espaços e práticas sociais que possibilitem reivindicar outras heranças e referências que não aquelas que falam da herança homogênea dos que detém os poder?

É com esta preocupação central de buscar uma inserção crítica no espaço das comemorações do Bicentenário da Imprensa que, desde 2007, junto com pesquisadores do Núcleo de Estudos

²² HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Culturais e Perspectivas do Presente, do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, e do Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP (CEDIC), desenvolve o projeto *Dimensões da Imprensa Popular em São Paulo – 1930/1990*.²³

No âmbito das comemorações, julgamos oportuno propor uma reflexão sobre as tensões presentes no fazer da imprensa, discutindo as razões da invisibilidade das ações populares, críticas ou alternativas, para reconhecer os sinais da presença pública de outras memórias na dinâmica social. No projeto, propomos também pôr em discussão perspectivas teóricas e metodológicas, problematizando as noções de popular e massivo, e da emergência de campos da imprensa popular, dissidente ou alternativa na história da imprensa brasileira.

A proposta é a de impulsionar nossas reflexões, colocando ênfase no estudo de ambientes, de redes de comunicação e de veículos que, diferentemente da chamada grande imprensa e das publicações mais estruturadas, têm tido muito pouco espaço no interior da reflexão acadêmica. Aqui se busca o estudo dos ambientes sociais, projetos e propostas que se articulam num universo amplo de impressos que, em diferentes momentos e conjunturas históricas, assumiram para si ou foram denominados como sendo da imprensa popular, radical, alternativa, dissidente ou independente. No horizonte, coloca-se a reflexão sobre projetos e caminhos que propuseram/proponham o alargamento do espaço de atuação da imprensa e da luta pelo direito à informação.

O objetivo central do projeto é a organização de um instrumento de pesquisa sobre imprensa popular e alternativa, produzida em São Paulo, entre os anos 1930-1990. Também propõe in-

²³ A equipe que atualmente desenvolve o projeto *Dimensões da Imprensa Popular em São Paulo – 1930/1990* é composta pelos seguintes pesquisadores: Heloisa de Faria Cruz (coordenadora); Maria do Rosário da Cunha Peixoto; Olga Brites; Yara Aun Khoury; Brás Ciro Gallotta; e os seguintes bolsistas de iniciação científica: Priscila Zanon, Katherine Wootton, Cristiane Rafael dos Santos Gelain e Grazielle Duarte.

vestigar dimensões dessa imprensa como aspecto relevante da própria constituição das classes populares enquanto sujeitos sociais na dinâmica da cidade. Busca-se a identificação e organização de referências de uma gama extremamente rica e diversificada de materiais da imprensa popular paulista que se encontra sob a guarda de diferentes instituições paulistas, visando sua publicação no ambiente de discussão e estudos sobre a imprensa e os meios de comunicação em nossa sociedade.

A preocupação básica é localizar e produzir informações sobre periódicos que se constituem de modo sistemático ou de maneira mais intermitente, mas não menos articulados na vida social, tornando-os mais visíveis e acessíveis como indícios de histórias e memórias que se engendram no fazer-se cotidiano. Periódicos que, em diferentes espaços sociais e conjunturas, no interior do movimento hegemônico que constitui a imprensa de massa no desenrolar do século XX, sinalizam a busca da independência ou da autonomia.

A intenção é que o trabalho de pesquisa esteja também atento aos rastros e movimentos históricos que constituem estes campos da imprensa popular em diversas conjunturas. Em meio a este caminho, no interior do movimento que constitui a imprensa de massa, trata-se de identificar os percursos e periódicos que se propõem populares, problematizar seus espaços de instituição, fazendo escolhas e estabelecendo delimitações para o levantamento e o universo de abrangência do catálogo.

Anima o projeto a reflexão sobre as tensões presentes no fazer da imprensa; a discussão das razões da invisibilidade das ações populares, críticas ou alternativas neste processo; a identificação de sinais da presença pública de outras memórias na dinâmica social; e o desenvolvimento de uma perspectiva de trabalho que contribua para dar maior visibilidade às memórias ainda pouco valorizadas e reconhecidas.

Em sua fase inicial de desenvolvimento, o projeto se junta a outras vozes sociais e propostas acadêmicas emergentes nesta conjuntura das comemorações do Bicentenário da Imprensa, buscando contribuir para o avanço da avaliação de trajetórias passa-

das, em prol da construção de perspectivas mais plurais e democráticas de atuação da mídia e do desenvolvimento do debate público em nosso país.

Recebido em agosto de 2008
Aprovado em setembro de 2008